

CLÍNICA E EPISTEMOLOGIA OU: O HOMEM DOS LOBOS HOJE

Marcus André Vieira¹

VIEIRA, M. A. . Clínica e Epistemologia ou: O Homem dos Lobos Hoje. Revista do Departamento de Psicologia (UFF), v. 1, p. 1, 2007.

RESUMO

*Em que interessa hoje para um psicanalista a leitura dos relatos clínicos de Freud? Para além de uma leitura obrigatória que deve constar em suas estantes, é preciso que algo que suscite sua prática esteja em jogo. Freud situa em seus relatos o que primeiramente é conceituado por Lacan como sujeito, puro furo, ponto onde culminam as linhas mestras de uma vida, o qual delimitaria o ponto extremo de singularidade. Posteriormente, Lacan propõe a delimitação deste furo como objeto, nomeia-o objeto **a** e propõe esta extração como o resultado da operação analítica. Trata-se de situar o modo como o caso do Homem dos Lobos pode auxiliar no entendimento destas difíceis proposições.*

Palavras-chave: Lacan. Psicanálise. Epistemologia. Objeto. Caso clínico.

ON EPISTEMOLOGY AND CLINIC The Wolf man today

ABSTRACT

*What good is it today, for a psychoanalyst, the readings of Freuds's clinical accounts? Besides being an obligatory reading that must be in their shelves, something that stimulates its practice is necessary. Freud places in his accounts what primarily is conceived by Lacan as the point in which the master lines of a lifetime culminate, which would mark the point that would fix the singularity of a subject. Afterwards, Lacan proposes the extraction of a paradoxical object in the course of an analysis, something he names object **a**. It's about investigating how the case of the Wolf man can give us access to this this element without objectifying it, but in conformity with the epecificity that characterizes it.*

Key-words: Lacan. Psychoanalysis. Epistemology. Object. Clinical case.

¹ Psicanalista da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP), Professor do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. End. Rua Maria Eugenia, 285, c1, 201 Humaitá, cep: 22261-080 Tel: (21) 25372905 e-mail: mav@gb.com.br

POR UMA EPISTEMOLOGIA CLÍNICA[♦]

ou: O Homem dos lobos hoje

Por quê ler, hoje, o “Homem dos lobos”? Qual seria o sentido - para um analista às voltas com as tão concretas demandas do campo da saúde mental, das instituições carcerais, jurídicas, universitárias e tantas outras - dessa leitura? Ainda encerraria ela alguma orientação clínica válida?

Versões do lobisomem

A "História de uma neurose infantil" pertence à galeria dos casos com que Freud instituiu os marcos fundamentais da clínica psicanalítica. Relato do tratamento de Serguei Pankejeff, cuja identidade só se tornou conhecida após sua morte, em 1979, foi decisivo na formação de várias gerações de analistas. Para todos os que ali puderam apreender algo da psicanálise, Serguei, no entanto, foi conhecido unicamente através do epíteto que lhe deu Freud, o de “Homem dos lobos”.

Dessa forma, apesar de referido a alguém de carne e osso, o caso foi sempre, essencialmente, um texto. Como tal, presta-se a inúmeras leituras.

Pode, primeiramente, ser tomado como um clássico da literatura universal, patrimônio da humanidade. Ora, “clássico”, como define J. A. Miller, é o que se presta à classe, bom para a sala de aula (Cf. Lacan, 2003, p. 11-13). Os clássicos são os classificados, postos na gaveta ou no balcão de venda, compondo o acervo de citações de um homem culto.

Se assim fosse, afora a deferência para com seu mais ilustre precursor, o psicanalista teria poucos motivos para debruçar-se sobre o Homem dos lobos. Um caso só será clínico se seu valor de apreensão do fazer psicanalítico se mantiver

[♦] Texto redigido para o Livro do II Encontro Americano do Campo Freudiano: “As novas formas da transferência” (Buenos Aires, agosto de 2005) com base nos resultados da pesquisa “As causas da dor, trauma, stress e pânico na atualidade”, desenvolvida com apoio do CNPq no período 2002-2004.

preservado a cada novo leitor. Neste sentido, que seja o Homem dos lobos um clássico, mas em sintonia com a definição de Millôr Fernandes para quem um clássico é “alguém que não se contentou em chatear apenas seus contemporâneos” (Millôr, 1994, p. 98).

Bom clássico é o que se mantém vivo em seus efeitos sobre leitores de várias gerações como texto-que-perturba. Isso talvez nos dê uma idéia mais aproximada do efeito causado pela convivência com Pankejeff à época em que entra em contato com Freud: ex-nobre esnobe, subserviente, virulento e hipocondríaco, racional e enlouquecido.

Millôr não deixa de destacar, assim, o valor clínico da literatura, ou ao menos da boa literatura. Ela, tal como a psicanálise, verifica o poder da palavra sobre o corpo ou, em termos mais lacanianos, toca no real a partir do significante. Ainda estamos, porém, distantes da psicanálise, apesar deste ser um dos departamentos insistentemente oferecidos a ela, nos Estados Unidos por exemplo.

Lacan está bastante presente na América desde que não o procuremos nas clínicas psicanalíticas ou mesmo na psicologia, mas nas faculdades de letras. Prova um filme recente de Alan Parker, *A vida de David Gale*. Kevin Spacey, no papel principal desta produção de grande orçamento e distribuição, é um professor de filosofia que dedica bom tempo a ensinar Lacan a seus alunos e que demonstra em sua própria vida e de modo radical o lugar do desejo. Tudo isto sem que nenhuma referência seja feita à psicanálise.

É uma maneira tentadora de lidar com os casos de Freud, basta tomar seus protagonistas como personagens. O próprio Freud reconhecia que seus relatos se liam como romances e não faltaram filmes que tomaram os pacientes de Freud como seres de ficção (Freud, 1895/1986, p. 22). O tratamento do Homem dos lobos poderia, inclusive, ser lido sob o ângulo de uma epopéia iniciática em que, tal como o *Sidarta* de Herman Hesse ou o *Alquimista* de Paulo Coelho, atravessaríamos, juntamente com o protagonista, uma edificante ascese rumo à elevação terapêutico-espiritual.

O uso clínico da literatura distingue-se, no entanto, de um relato clínico. O relato, por parte do analista, de um tratamento, não visa provocar por si mesmo o efeito obtido com o paciente, mas sim a demonstração do modo como se operou para obtê-lo. No primeiro, os efeitos, eventualmente concretos, da leitura, serão considerados a partir de um plano dual entre autor e leitor. No segundo, algo do personagem em questão, irredutível à identificação do leitor com seu herói-personagem, deve necessariamente ser levado em conta.

Talvez isso explique porque nós, psicanalistas, costumamos valorizar dados da história do paciente. Buscamos compensar o efeito ficcional de nossos casos clínicos com o maior número possível de elementos, senão objetivos ao menos concretos. Tentamos dar corpo ao homem através de sua história, trazer seu contexto para lhe dar um lugar no real.

Da história ao homem

O Homem dos lobos é um prato cheio para os adeptos da história. Não morreu cedo como Ernst, o Homem dos ratos, não resistiu a ter seu nome associado à psicanálise como Bertha, a Anna O., nem esqueceu seu tratamento como Max Graff, o pequeno Hans. Colocou-se à disposição da psicanálise e de seus historiadores, deu entrevistas, redigiu suas memórias. Viveu noventa e dois anos e atravessou o século XX a ponto de sua história se confundir não somente com a da psicanálise, mas com a do próprio século.

Exatamente por isso o Homem dos lobos é o que melhor nos ensina o erro da aposta na história como modo de dar lastro clínico ao caso. O livro de Muriel Gardiner, por exemplo, empenha-se em tornar público quem realmente teria sido Serguei Pankejeff (Cf. Gardiner, 1981). Reúne, ao texto de Freud, os relatos de tratamento de seus dois outros analistas, assim como as lembranças de Serguei sobre sua vida - incluindo as referentes a seu tratamento com Freud - além de um relato de seus últimos anos. Muito se pode, ali, aprender sobre o homem dos lobos

ao modo de uma biografia a mais completa possível. Pouco se acrescenta, contudo, ao que o texto de Freud pode nos ensinar sobre a psicanálise.

Aprende-se, por exemplo, que Serguei foi tomado por um delírio claramente configurado no sentido psiquiátrico do termo em seu segundo tratamento, com Ruth Mack Brunswick. Nada nos permite concluir, porém, sobre o papel exato da psicanálise neste quadro: ela havia protegido Serguei do delírio até então ou, ao contrário, o deflagrou? Acrescentar dados ao dossiê do personagem histórico não elimina a necessidade de uma operação de leitura que extraia da biografia um homem. Um personagem unicamente histórico terá sua verdade sempre refém do último revisionista que, de posse de novos dados, queira mudar o sentido do que terá sido. Mantendo-nos neste plano, apenas por transferência para com o autor admitiríamos a interpretação de Freud como mais próxima do real que outras.

É neste sentido que se encaminha a leitura do historiador Carlo Ginzburg, um dos grandes nomes da micro-história, ou história dos anais. Após estabelecer toda uma série de analogias entre o caso do Homem dos Lobos e elementos do folclore eslavo, documentos de um inquérito do século XVII sobre um lobisomem e a seita dos Andarilhos do Bem, de Friul, nos séculos XVI a XVIII, Ginzburg situa o sonho fundamental do caso como induzido por seu contexto cultural. Serguei, nascido com uma coifa e no dia do Natal, era de uma família aristocrática eslava, tinha sido criado por uma governanta inglesa e por uma “nania” eslava. As lendas eslavas vinculariam as pessoas que nascem com a coifa no Natal poderes excepcionais, entre os quais o de se tornar lobisomem. A partir desta série de indícios históricos, a neurose de Serguei se explicaria pelo fruto do conflito cultural ao qual estava submetido, entre a aristocracia e a cultura popular: “o homem dos lobos não seguiu o caminho que estaria aberto dois ou três séculos atrás. Em vez de se tornar lobisomem, tornou-se neurótico, à beira da psicose” (Ginzburg, 1991, p. 210, apud Couto, 2005).

Fica claro, portanto, que um caso psicanalítico deverá realizar a proeza de incluir seu real no próprio texto, sob pena de não se distinguir de uma ficção histórico-biográfica.

Homus patologicus

Antes, porém, de buscar delimitar este *tour de force*, é preciso descrever um perigoso modo de contornar o relativismo que o ponto de vista contextual-histórico introduz. Trata-se de tomar o real como diretamente acessível, como entidade a-histórica que determinaria o leque de narrativas. O modo mais comum de incorrer neste realismo ingênuo é definir o homem a partir de uma patologia. O Homem dos lobos teria sido um psicótico e não um neurótico obsessivo. Anna O. era, na verdade, uma epilética, mal diagnosticada por Breuer e Freud e assim por diante (Cf. Webster, 1995, pp. 105-132).

Esta patologização do real pode fornecer um lastro sólido à clínica face ao relativismo historicista, mas corre o risco de apenas conferir uma falsa impressão de domínio por simplesmente apor um sentido ao real. De fato, quando desestribada do trabalho clínico, da intervenção e interação direta com o paciente, torna-se o que J. A. Miller e J. C. Milner designam uma “máquina de impostura” (Miller & Milner, 2004). Apoiando-se em uma pseudo-matematização do mundo psíquico, esta impostura se torna o mais bem acabado fruto de nosso tempos obscurantistas, em que o simples uso de números parece garantir a cientificidade do processo e assegurar proteção contra qualquer reflexão crítica.

Tomemos um exemplo, retirado da revista *ÉPOCA*. A inglesa Clio Cresswell, professora de Matemática na Austrália, em seu livro *Mathematics and Sex* que está na lista dos mais vendidos nos Estados Unidos, destaca o modo como os psicólogos lidam com os “padrões de comportamento comuns entre amantes”. “Criamos equações a partir desses padrões para conseguir prever o comportamento, otimizando os resultados (...) Por exemplo: a seguinte equação surge a partir de um sistema que mede e dá notas às interações positivas e negativas registradas durante a conversa de um casal, filmada em vídeo. A variável “I” é o somatório dos fatores de persuasão de um membro do casal sobre o outro (do tom de voz conciliatório a um decote mais ousado) analisados e

registrados pelos cientistas (...) apenas a título de curiosidade: $W_{t+1} = a + r_1 W_t + I_{HW}(H_1)$ (Veiga & Castro, 2005)¹

Galileu e Freud

Estamos bem distantes da ciência, ao menos tal como situada pela leitura, por Lacan, de Alexandre Koyré. Nem o amor, nem o Homem dos lobos poderiam ser objetivados pela ciência simplesmente porque para ela não existem seres externos à sua operação, a serem definidos a partir de equações. Ela não é o recobrimento do mundo pela matemática, sua colonização pelas fórmulas. Trata-se, na verdade, de “substituir o mundo real da experiência quotidiana por um mundo geométrico hipostasiado” (Koyré, 1991, p. 184).² Em vez de recobrimento, substituição. A ciência não traduz os seres em fórmulas, mas sim os aborda como se fossem *feitos* de fórmulas. Em um certo sentido, eles deixam de existir como seres, unidades prévias, e passam a ser tomados apenas como entes digitais, em um plano essencialmente literal-simbólico. Opera-se, assim, como se o simbólico real fosse ou, como prefere Lacan, como se houvesse saber no real (Lacan, op. cit., p. 311-315).³

A ciência considera o universo do vivido como regido por leis matemáticas e busca destacá-las, o que é o oposto de buscar produzir uma mera quantificação da experiência. Assim, “O destino da ciência está vinculado (...) ao número, na medida em que o número figura, de forma enigmática, a presença do significante no real” (Miller, 1987, p. 44).⁴

Para fazê-lo, a ciência esvazia, em um procedimento do qual a dúvida hiperbólica de Descartes é o paradigma, tudo o que, em um dado universo, corresponde ao singular. Tudo o que propriamente chamaríamos “temperamental” ou, com Freud, de “estranho”. Reduz-se o estranho a um ponto, que é em seguida descartado, ou foracluído segundo Lacan. Nada mais poderá ser dito/escrito do que no Homem dos lobos é seu elemento singular. É isto que recuperamos com o termo “sujeito”.⁵

Esta verdadeira “ideologia da supressão do sujeito”, como Lacan define a ciência, é, no entanto, essencial à psicanálise. Esta traz a singularidade à tona não mais como um corpo de sentidos históricos, atávicos ou mágicos, mas como um ponto cego, exatamente aquele produzido pela ciência no mesmo movimento em que o descarta (Lacan, op. cit., p. 436). É este sujeito que permitirá à psicanálise constituir-se como prática original de lida com o real - ponto nevrálgico de uma existência - como vazio de sentido. Em vez de um Homem, situado pelos valores e sentidos da tradição, tal como visa resgatar, em Freud, Ginzburg, encontramos uma “casa vazia”, ponto de convergência dos determinantes estruturais de uma história.

Compreende-se porque a psicanálise, à diferença da ciência, não procede por um conhecimento cumulativo. Ela não prolongará as ramificações acima em direção a uma rede cada vez mais vasta de saberes sobre seus pacientes. Ela procederá, para cada caso, tal como Freud, a um delineamento da rede dos conhecimentos de uma vida apenas para chegar a seu umbigo, seu ponto vital. Os conhecimentos sobre o Homem podem variar contextualmente e mesmo evoluir. Os conhecimentos sobre o que faz cada homem ser o que é, por outro lado, são necessariamente limitados a uma existência e deverão ser reconstituídos, caso a caso, de modo muito próximo ao trabalho realizado por Freud com o Homem dos lobos.

Sujeito e objeto: neurose e psicose

Vê-se bem como a abordagem freudiana, já ensinava Lacan, é em muitos aspectos estrutural (Cf. p. ex. Lacan, op. cit., p. 429). Ela permite destacar, como se observa acima com precisão, o sujeito como casa vazia - encruzilhada dos sentidos, sem ser, esta casa, um sentido (Cf. Deleuze, 1979, p. 328). O Lobo não é um sentido histórico nem patológico para o real de Pankejeff, mas um nome de sujeito, pura abertura às significações de um modo de viver que não é, em si, tomada em um sentido específico. A cada passagem por este ponto em uma

análise, as versões que para ele convergem se recombinaem, levando à redistribuição das cartas de uma história. Pode-se, assim compor um novo cenário, uma nova narrativa egóica, com mudanças subjetivas efetivas.

Esta concepção de tratamento, solidária da noção de sujeito tal como o estruturalismo o concebe, não pode, porém, nos bastar. Delimita uma terapia por demais pragmático-relativista, em que descrições e redescições são definidas de modo quase gratuito. Não nos fornece orientação quanto ao destino do tratamento ou a sua conclusão. Afinal, caso nos mantenhamos no plano das narrativas, qual seria mais apropriada que outra?

A única saída, já que o realismo ingênuo foi descartado, estaria em uma superação do plano das versões pela realização da essência do sujeito como pura abertura à existência. Nesta “assunção da castração”, ou “realização da divisão subjetiva”, modo como em nosso meio veiculamos às vezes esta quase ilusão, reside o melhor e o pior de uma concepção de tratamento limitada à noção de sujeito-encruzilhada, localização ôntica de um *dasein*, cujas veias heideggerianas situam o analista como um asceta do autêntico, artífice supremo de sua própria divisão.

Cabe, então, a pergunta: se o sujeito é essa variável presente nas lacunas de cada uma de suas versões, o que condicionaria o leque de versões? Se o sujeito é uma variável, qual a constante? Lacan responde: o objeto.

Isto, se seguirmos J. A. Miller, que destaca a regra fundamental da psicanálise, a associação livre, como autorização de um falar sem referência na realidade, para delimitar seu objeto peculiar. Uma análise inicia-se quando suspende-se o critério clássico de verdade que supunha a adequação entre um dito e seu referente. Tudo, em uma análise, é narrado e nada é questionado em seu valor de verdade com relação à sua adequação aos objetos do mundo. Ao se suspender a verificação do referente dos ditos ali enunciados, não se elimina, contudo, a dimensão real da referência. Ela é até mesmo amplificada. Ocorre apenas que o referente passa a ser essencialmente suposto. Anuncia-se como

aquilo que em uma história dá vida ao homem e lastro a suas narrativas - não mais casa vazia, mas estranha presença (Miller, 1986-1987).

É exatamente o que será conceituado por Lacan como o objeto “a”, que pode ser depreendido do trabalho de Freud com a construção da cena primitiva. Se há uma questão que o Homem dos lobos permite localizar com precisão é a da articulação entre sujeito e objeto. De um lado temos o “lobo” como nome de sujeito, de outro, o objeto, ou melhor, o sujeito tomado como objeto, na cena primordial, puro olhar assistindo ao coito parental.

Talvez possamos, com base nessa dicotomia evidentemente esquemática, propor uma partilha provisória: na neurose a função-sujeito prima. Na psicose, por outro lado, é como objeto da linguagem, como presa da fala do Outro, que encontramos o falasser.

Na neurose algo intervém entre a linguagem e o falante. Entre o que é ouvido e o que será escutado. A esquite entre ouvido e escuta, ou ainda entre olhar e visão como destaca Lacan em seu *Seminário II*, se institui na neurose com a presença, entre estes dois pólos, de um vazio enigmático, lugar do sujeito, ou da famosa caixa preta dos behavioristas. Este ponto de interposição é mantido em seu lugar pela crença em algo mais, em um sentido porvir, a ser obtido junto ao Pai (Cf. Lacan, 1985, cap. VI e Miller, 2004-2005).

Na psicose, este espaço não está dado, o que se ouve pode ir diretamente ao ouvido. É a alucinação, definida por Lacan como a apresentação do significante no real, insuportável presença da linguagem fora do sentido, tomando o corpo sem a intermediação da significação fálica (que nada mais é do que a significação de que há um sentido maior para as coisas). Serguei fornece a Lacan o exemplo paradigmático da alucinação do dedo cortado como mostração real da fala “vão te cortar o membro” de sua “nania”. Lacan nos permite vislumbrar, para além da montagem imaginária que acompanha a alucinação, sua força real de presença, do qual o delírio virá constituir um sentido, intermediando o encontro da linguagem com o vivente (Cf. Lacan, 1998, p. 387).

Até certo momento do lacanismo, este elemento interposto era tido, por excelência, como a significação fálica, solidária do Nome do Pai. Isto definia dois caminhos distintos: ou bem a significação fálica, ou a catástrofe subjetiva, a qual apenas uma compensação (conhecida como “metáfora delirante”) evitaria. Os analistas têm sido levados a reconhecer, porém, toda uma série de casos em que esta intermediação não parece nada dever ao Nome do Pai, sem deixar, no entanto de se fazer presente, por vezes de modo bastante eficaz.

Que epistemologia?

Psicanalistas de vários países, reunidos em torno de J. A. Miller, estabeleceram para estes casos, a noção de psicose corriqueira ou *psicose ordinária*. Para dar justo alcance à proposta é preciso lembrar que o termo psicose, ao ser definido como estrutura, em nada corresponde a uma forma fixa, uma designação para um real específico. Isso nos levaria de volta ao realismo ingênuo que, no caso lacaniano, seria extremamente grosseiro, pois só estabeleceria três possibilidades de subjetivação: neurose, psicose e perversão. Extrema injustiça para com Lacan que jamais alinhou-se, com suas estruturas, com este tipo de epistemologia que chegou a denominar “astrologia judiciária”. A psicose, no ensino de Lacan, não corresponde a nenhuma forma de subjetividade específica, mas uma estrutura discursiva, que melhor seria apreendida se abordada como “estilo” e não como “estado” (LACAN, 1998, p. 813).

A falta da crença no Pai tem como correlato discursivo a ausência de um marcador de impossibilidade para o discurso, no interior do próprio discurso, que Lacan chama de o “Outro no Outro” e que define como o Nome-do-Pai (LACAN, 2000, p. 152). A definição lacaniana de psicose como ausência do Nome-do-Pai apenas traduz, então, um modo de agenciar o discurso em que não se conta com este modo específico de constituição de mensagens, relacionado à crença no Pai e à impossibilidade de tudo dizer.

Isto que assim se delimita no plano da estrutura do discurso não define previamente as formas de subjetivação que com ele se relacionam. No máximo,

delineiam apenas algumas de suas linhas mestras. Infinitas subjetividades podem se constituir sem que, no plano do fenômeno, possa-se necessariamente a cada caso reconhecer a psicose.

Dessa forma, a aposta, com esta nova expressão, “psicose ordinária”, é a de que não se esteja apenas estabelecendo um novo rótulo, um diagnóstico a mais para o real que viesse finalmente aumentar o catálogo lacaniano que, com apenas quatro tipos (neurose, perversão, psicose, e “psicose ordinária” ou “inclassificável”) responderiam por todo o leque do real humano.

Esta clínica lacaniana dos inclassificáveis não é, então, o reconhecimento tardio, por parte de alguns lacanianos, da necessidade de um quarto diagnóstico para se abarcar o campo da clínica (que recebeu variadas denominações ao longo da história da psicanálise: das personalidades narcísicas aos *borderlines*). Ela é, sobretudo, a tentativa de remanejar os conceitos lacanianos para trabalhar em sintonia com o Outro de nosso tempo (Cf. Gueguen, 2002 e Vários *In: La psychose ordinaire*, 1999).

Neste sentido, ela estabelece uma espécie de epistemologia provisória. Nossa prática só nos permite lançar em direção à cultura algumas idéias provisórias sobre a própria cultura por ser, esta, o parceiro fundamental dos sujeitos que ouvimos. A psicanálise não encontra o real sob o signo do novo, mas sim do antigo, do filogenético; da repetição, nos termos de Freud; daquilo que retorna sempre no mesmo lugar, nos termos de Lacan. Em vez de falarmos de novos sintomas ou novo real, estaremos mais em sintonia com nosso trabalho cotidiano se buscarmos delinear a conformação atual da cultura tal como ela incide nos relatos que ouvimos: um novo Outro em lugar de um novo real (Cf. Miller, 1998).

A psicose ordinária visa interrogar este Outro. A presença maciça de casos de psicose com signos mínimos de perda do laço com a realidade compartilhada, sem delírios ou perturbações de linguagem evidentes, em nossos dias talvez seja, em muitos aspectos, o fracasso da psicose extraordinária - da paranóia com seu cortejo de delírios megalomaniacos, místicos etc. O sucesso da psicose ordinária

talvez narre a dificuldade atual de se construir grandes sistemas delirantes espelhando-se no edifício paterno, uma vez que o Pai já não mais sustenta as poderosas instituições verticais de outrora.

Por outro lado, o sucesso da psicose ordinária talvez traduza também, uma certa forma de fracasso da neurose clássica, fundada na crença na exceção paterna como modo transcendente de conciliação ente desejo e gozo e que talvez hoje se estabeleça de modo bem menos típico que a histeria e a obsessão dos tempos de Freud, em queixas mais difusas, por exemplo, em lugar de sintomas evidentes.

Os casos de psicose ordinária, tal como poderíamos diagnosticar Pankejeff, ao exibir diferentes modos de lida com o real distintos da premissa universal do falo, nos fornecem, assim, a possibilidade de interrogar o estatuto do Outro contemporâneo. Essencialmente do papel, nele, do Nome do Pai. Tomar o Homem dos lobos a partir do conceito de psicose ordinária nos permite, em uma certa medida, lidar com ele tal como Freud o fez, como campo de exploração terapêutica dos limites do campo subjetivo e, ao mesmo tempo, do campo psicanalítico.

É preciso que estejamos nos lugares em esta aposta pode ser verificada, tanto em consultórios quanto em hospitais e alhures. Nestes verdadeiros campos de testes para o fazer psicanalítico, Serguei Pankejeff pode manter seu lugar de professor de desidentificação, precursor dos extraídos do sistema de hoje, rebeldes aos programas e pesquisas controladas, resistentes à rede de cuidados e alheios à internet. Esperemos que o psicanalista continue com eles aprendendo a produzir um sintoma singular e a fazer valer o lugar desta singularidade no Outro.

Referências bibliográficas

COUTO, M. E. (2005) *Em torno do objeto da psicanálise*. Dissertação de Mestrado, PUC, Rio de Janeiro.

DELEUZE, G. (1979) A quoi reconnaît-on le structuralisme?, In: CHATELÊT, F. (org) *Histoire de la philosophie vol IV*, Paris: Marabout.

FREUD, S. (1895/1986). “Estudios sobre la histeria”, *Obras completas*, vol II. Buenos Aires: Amorrortu.

GARDINER, M. (org.) (1981) *L’homme aux loups par ses psychanalystes et par lui-même*. Paris: Gallimard.

GUEGUEN, P. G.(2002) “La homestasié symptématique dans les psychoses”. *La lettre mensuelle* (n. 211), Paris: ECF.

KOYRÉ, A. (1991) *Estudos de história do pensamento científico*. São Paulo: Forense universitária.

LACAN, J. (1985) *O Seminário, livro 11*. Rio de Janeiro: JZE.

_____. (1998) *Escritos*. Rio de Janeiro: JZE.

_____. (2000) *O Seminário, livro 5*. Rio de Janeiro: JZE.

_____. (2003) *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: JZE.

MILLER J. A. & MILNER J. C. (2004) *Voulez-vous être évalué?* Paris: Grasset.

_____. (1986-1987) “Cause et consentement”. *A orientação lacaniana*, lição de 15-05-87.

_____. (1987) *Percurso de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: JZE.

_____. (1998) “O sintoma e o cometa”. In: *O sintoma charlatão*. Rio de Janeiro: JZE.

_____. (2004-2005) “Pièces detachées”. *A orientação lacaniana*, lição de 10-11-04.

MILLÔR, F. (1994) *A bíblia do caos*. Porto Alegre: LPM.

VÁRIOS. (1999) *La psychose ordinaire*. Paris: Agalma/Seuil.

VEIGA, A. & CASTRO, I. A matemática do amor. *Revista Época*, 31/01/2004.

Disponível na Internet via

(<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT901111-1653,00.html>):

consulta efetuada em (2005).

WEBSTER, R. (1995) *Porque Freud errou*. Rio de Janeiro: Record.

¹ Agradeço a Tatiane Grova pelo achado (Cf. Grova, T. *Um saber sobre o singular*, monografia de conclusão de curso de graduação PUC-Rio 2005).

² É o que conduz Lacan a dizer “a ação da fórmula que em todos os pontos submete o elemento massa à atração dos outros” referindo-se às “orbes” no lugar dos corpos (Lacan, op. cit., p. 420 e 429).

³ Cf. também: “Ainda que, este [o saber], não seja o analista que tem de alojá-lo, mas sim o cientista.”(Lacan, op. cit., p. 312).

⁴ A própria idéia de medir supõe um protocolo para que se crie a medição. “Com efeito, se uma experiência científica (...) constitui uma pergunta formulada à natureza, é claro que a atividade cujo resultado é a formulação dessa pergunta é função da elaboração da linguagem na qual essa atividade se exprime.” (Koyré, op. cit., p. 272). Sobre a matemática e Galileu cf. *ibid.*, p. 168-169 e p. 74.

⁵ “O que nos faz dizer imediatamente (...) que a alquimia, afinal, não é uma ciência? Alguma coisa, a meus olhos, é decisiva, que a pureza da alma do operador era, como tal, e de modo determinado, um elemento essencial no negócio.” (Lacan, 1985, p.16).